

Governo pode perdoar dívidas dos pequenos

Constituinte deixa para 90 eleição em Brasília

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney pode baixar decreto-lei antes de qualquer decisão da Constituinte, anistando os micro e pequenos empresários e agricultores. Esta era a convicção de quase todos os parlamentares que estiveram ontem no Palácio do Planalto, para conversar com o presidente, ou com o ministro Costa Couto, do Gabinete Civil.

A noite, Sarney reuniu-se com Costa Couto e o ministro Máfson da Nóbrega, da Fazenda, para discutir as alternativas que se oferecem ao governo para enfrentar as dívidas. Participaram da reunião os líderes do governo e do PFL na Constituinte: senadores Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha e deputados Carlos Sant'Anna e José Lourenço, além do coordenador parlamentar do Planalto, Henrique Hargreaves. Nenhuma informação foi divulgada após a reunião.

Defesa do decreto

Os deputados Benito Gama (PFL-BA), Ricardo Izar (PFL-SP) e Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) foram enfáticos na defesa do decreto. Mas nenhum deles quis garantir se o presidente Sarney já havia tomado a decisão. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) também defendeu a medida, mas disse que não

esteve no Palácio do Planalto para conversar sobre esse assunto.

"O fato é que se o governo não fizer nada, não se antecipar, a anistia será inaproveitavelmente aprovada pela Constituinte e de forma muito mais ampla", destacou Ubiratan Aguiar ao presidente Sarney. De volta, recebeu a garantia, segundo contou, de que o Sarney iria propor ao ministro Máfson da Nóbrega, da Fazenda, uma revisão da posição do governo. Segundo o deputado Oswaldo Coelho (PFL-PE), o presidente disse estar disposto a encontrar uma solução para o problema dos micro e pequenos empresários. Coelho, que viajou hoje com Sarney para Petrolina, acha que o governo deverá editar um decreto congelando a correção monetária de forma diferenciada de acordo com a situação de cada região do País.

Vantagem

Os cálculos dos parlamentares variavam mas todos concordavam que os empresários e produtores não podem receber o mesmo tratamento e destacavam que o governo terá de examinar caso a caso. "Mas ainda, o decreto-lei deverá ser minucioso, para prever todas as situações", afirmou Ricardo Izar, que arregaçou o braço de Sarney para falar de parlamentares governistas à procura de uma solução que não desagrave ao Palácio do Planalto.

Para Benito Gama, uma coisa parece certa: "Se o governo se anti-

cipar à decisão da Constituinte, mesmo que ele não atinja os níveis de anistia proposta na emenda Mansueto de Lavour, ele terá a seu favor o tempo, porque o decreto-lei terá vigência imediata, enquanto a futura Constituição não se sabe ainda quando entrará em vigor".

O ministro Ronaldo Costa Couto não quis confirmar nenhuma decisão do governo. Disse apenas que o problema está em estudos na área econômica. afirmou também que o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, deverá apresentar à Constituinte uma alternativa para essa anistia, envolvendo uma solução suportável pelo Tesouro Nacional e que permita a recuperação das empresas viáveis, "porque inviáveis não adianta". Essa proposta, segundo o ministro, seria identificar um limite máximo de recursos que o Tesouro pudesse destinar para essa finalidade e depois ser examinado caso a caso. Esse limite, de acordo com o ministro, pode até passar de 50 milhões de OTNs.

Segundo a linha de anistia, o deputado Benito Gama quer ir mais além, e disse que conversaria com o secretário da Receita Federal, Ronaldo Mustafá, para resolver também o problema dos empresários, devedores do Imposto de Renda, ICM e até INPS. Na proposta do deputado, a soma da dívida seria distribuída em um número de meses, mas a partir daí sem correção monetária.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não haverá eleições este ano no Distrito Federal para governador nem para a Câmara Legislativa, o que somente vai ocorrer no pleito geral de 1990. Ontem, por 256 votos contra 81 e 27 abstenções, a Constituinte rejeitou uma fusão de emendas de autoria dos deputados Sigmaringa Seixas (PMDB) e Augusto Carvalho (PCB), e dos senadores Pompeu de Souza (sem partido) e Maurício Corrêa (PDT), que marca as eleições para 15 de novembro, com posse dos eleitos em 1º de janeiro de 89, para um mandato-tampão de dois anos.

O deputado Sigmaringa Seixas encaminhou a matéria sustentando que o texto constitucional já aprovado não permite ao presidente da República indicar o governador do Distrito Federal, e, como o atual não tem vice-governador, ocorrendo a vacância do cargo, "o Distrito Federal ficaria numa situação insustentável". Também o deputado co-

munista Augusto Carvalho discursou a favor, mas a proposta foi combatida pelos deputados Luiz Soyer e Israel Pinheiro Filho.

Por 368 votos contra 26 e sete abstenções, a Constituinte decidiu ainda que os atuais deputados federais e estaduais eleitos vice-prefeitos, se convocados a exercer a função de prefeito, não perderão o mandato parlamentar. A medida vai beneficiar um único parlamentar federal, o deputado Alvaro Antônio, vice-prefeito de Belo Horizonte, que desde o início dos trabalhos constituintes vem trabalhando a favor dela.

A medida foi aprovada com base numa fusão de emendas de autoria dos deputados Genivaldo Correia e Arnaldo Martins, dispondo também que não se aplica às eleições municipais de novembro o dispositivo constitucional que veda qualquer alteração na legislação que regulamenta o assunto nos 12 meses anteriores ao pleito.

A sessão de ontem terminou abruptamente, com a retirada ma-

ca de plenário das bancadas do Norte e Nordeste, que receberam a solidariedade das bancadas do PTB e do PDS, por se recusarem a votar e dar quórum para a apreciação de uma fusão de emendas que prevê a distribuição crescente e equitativa entre os estados dos recursos orçamentários das estatais. A distribuição progressiva desses recursos entre as regiões macroeconômicas, de acordo com a emenda, deverá ser feita num prazo de dez anos.

Os interessados na matéria sentiram que não teriam os 280 votos necessários à aprovação, depois que o deputado José Serra (PMDB-SP) discursou defendendo a rejeição da emenda. Serra argumentou que, no acordo que permitiu a aprovação da reforma tributária, a questão ficará pendente de discussão mais aprofundada. A emenda irá novamente a plenário na terça ou quarta-feira.

O que os nordestinos e noristas desejam é que essa emenda evite que recursos orçamentários de estatais como o DNER e a Rede Ferroviária Federal continuem sendo majoritariamente aplicados nos estados do Sul e do Centro-Sul.

Banqueiro quer saber quem paga o prejuízo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Que bom que vocês dois estão juntos. É sinal de que vão se entender", disse ontem o deputado José Lourenço, líder do PFL, ao passar num dos corredores do Congresso, pelo ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, que estava acompanhado do ex-ministro e proprietário do Banco Econômico, Ângelo Calmon de Sá. Mas José Lourenço estava enganado, pois a conversa entre os dois foi breve e, apesar de cordial, nada conciliadora.

"Quem vai pagar a conta desta proposta de vocês?" indagava Calmon a Caiado, referindo-se à fusão de emendas dos deputados Mansueto de Lavour (PMDB-PE), Ziza Valadares (PMDB-MG) e Humberto

Souto (PFL-MG), que elimina a correção monetária da dívida contraída durante o Plano Cruzado pelos pequenos e médios agricultores e micro e pequenos proprietários. "Foram vocês que, indevidamente, cobraram correção monetária dos agricultores. Onde foi parar esse dinheiro?" Calmon prontamente respondeu: "Sei lá onde está este dinheiro; foi aplicado em alguma coisa, será impossível dizer onde". Caiado, não menos ríspido, concluiu: "Pois então procurem".

Caiado se disse "indignado" com a pressão dos banqueiros e com seus argumentos. Ele lembrou que os agricultores não pagavam correção monetária até 1982 sobre seus empréstimos porque existia uma lei que impedia essa cobrança. Mas uma resolução do Conselho Monetário Nacional passou a cobrar, "que é ilegal e absurdo".

Adiada para terça votação sobre perdão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Se de fato a correção custa mesmo dez bilhões, do outro lado do balcão há um bando de ladrões."

Este é um dos trechos das trovas escritas ontem em Plenário pelo deputado Nelson Aguiar (PDT-ES), que se aliou ao senador Mansueto de Lavour (PMDB-PE) e aos deputados Ziza Valadares (PMDB-MG) e Humberto Souto (PFL-MG), na luta em defesa de pequenos e médios produtores rurais e dos micro e pequenos empresários, prejudicados pelo Plano Cruzado. Ontem os parlamentares apresentaram a fusão de emendas, e obtiveram a Mesa da Constituinte a garantia de que ela só será votada na próxima terça-feira, para quando programaram uma grande mobilização nacional, com pelo menos cinco mil pessoas. Dez bilhões de dólares é o valor estimado pelo governo para pagar esses débitos. Os constituintes, entretanto, insistem em que os dados de Máfson da Nóbrega, ministro da Fazenda, são falsos e terroristas, pois, segundo informações extra-oficiais do Banco Central, o total não ultrapassa a casa dos 183 bilhões de cruzados.

A fusão de emendas prevê que não incidirá correção monetária sobre os débitos, ainda que ajustados, decorrentes de quaisquer empréstimos concedidos por estabelecimentos bancários e instituições financeiras às micro e pequenas empresas e pequenos e médios produtores rurais, contraídos no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987 e que foram aplicados em suas verdadeiras atividades.

A proposta não agradou, porém a muitos parlamentares, que começaram a recuar no apoio, aliando-se ao governo. "Se a fusão for esta aqui, beneficiando os médios produtores rurais, eu votarei contra", anunciou o deputado o Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). "Os capitalistas precisam aprender a assumir o risco de seus negócios", completou o líder do PCB, Roberto Freire, acrescentando que "é preciso acabar com este negócio de privatizar os lucros e socializar os prejuízos".

Esta estranha união de parte da esquerda ao governo — o PDT defende a fusão — poderá prejudicar os autores da emenda que estão correndo contra o relógio. Até dois dias atrás, o apoio a eles era unânime. O massacre do governo em entrevistas, anunciando que quem vai pagar a conta é o contribuinte, através do aumento de impostos, atemorizou os constituintes e isso fez com que muitos deles mudassem de ideia. "Nós não estamos nos juntando ao governo — fez questão de explicar Freire —, o que nós defendemos é que seja feito, pelo menos, um plano de recuperação dessas empresas, que não conte com as benesses do contribuinte."

Os constituintes se apressaram em fazer a fusão por causa da "contra-informação".



Maria de Lourdes e Carlos Alberto, candidatos felizes com a derrota da eleição no DF

Candidatos não querem votar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A derrota da emenda que previa eleição direta para governador do Distrito Federal, em novembro deste ano, premiou o governador José Aparecido, por não ter trabalhado contra ela, e os candidatos mais fortes à sua sucessão, que votaram nela mas na verdade não queriam sua aprovação. Aparecido ficará no Palácio do Buriti até março de 1990, período do mandato do presidente José Sarney.

"Só seria candidato em último caso", admite o senador Maurício Corrêa, do PDT, eleito com 193 mil votos, dono de um mandato de oito anos e o mais forte candidato à vaga de Aparecido, daqui a dois anos. "Não me fascinaria governar por dois anos", diz o deputado federal mais votado do Distrito Federal, Valmir Campelo (PFL), adversário político de Maurício, que recebeu 48.189 votos de novembro de 1986. "Seria um mandato-tampão instantâneo muito difícil", endossa Maria de Lourdes Abadia (PFL).

"O ideal seria a coincidência da eleição com a dos outros governadores", pondera Augusto Carvalho, (PCB), o terceiro deputado federal mais votado e concorrente de seu colega de partido Carlos Alberto

Torres, que nas últimas eleições ultrapassou Pompeu de Souza em votos, mas não foi eleito para o Senado por não ter obtido sublegenda. Na verdade, nenhum dos que se elegeram e são candidatos gostariam de abrir mão do mandato por um governo de apenas dois anos.

Não poderiam, também, concorrer a reeleição, porque a emenda proíbe. "Cochilamos na reeleição", lamenta Maria de Lourdes Abadia. Se quisessem continuar sua carreira política, reduziriam ainda mais o mandato-tampão porque estariam obrigados a deixar o Palácio do Buriti seis meses antes da eleição, prazo de desincompatibilização previsto em lei.

Além disso, governariam a capital federal sem estar afinados com a Presidência da República, de onde vem 70% dos recursos necessários à administração da cidade. Quando assumissem, iriam cumprir o orçamento elaborado por José Aparecido, governador nomeado pelo presidente e seu amigo pessoal.

Aparecido estava tão certo da aprovação da emenda que já transferira seu título de eleitor para Minas Gerais, pensando na eleição de 1990. No início da noite de ontem chegou a pensar em gravar, antecipadamente, uma declaração sobre o significado da realização das eleições em novembro deste ano.

Decisão teve forte apoio do Planalto

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Palácio do Planalto conseguiu ontem que fosse rejeitada, por falta de quórum, a emenda que estabelecia ainda para este ano a eleição do governador do Distrito Federal. O presidente José Sarney se empenhou pessoalmente para a derrota da proposta na Constituinte, telefonando aos líderes dos partidos que apóiam o governo para que procurassem evitar a aprovação da emenda do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF).

O governador José Aparecido, que teve seu cargo garantido, contou com o apoio do Planalto a despeito da irritação que tem despertado no governo por vários motivos, como ter perdido o controle da bancada do Distrito Federal no Senado. Sarney, velho amigo de José Aparecido, chegou a pressioná-lo indiretamente, determinando a suspensão das obras do obelisco em homenagem à Unesco que o governador queria erguer na praça dos Três Poderes. Mas José Aparecido fincou pé, e com o apoio de Jânio Quadros — por quem Sarney nutre intenso respeito — manteve-se no cargo e ergueu o obelisco, ainda que em local diferente do que pretendia originalmente.



Calmon e Caiado discutem por causa do perdão da dívida

Sarney teme impacto da anistia aos servidores

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney está muito preocupado com a repercussão da anistia aos servidores das estatais aprovada pela Constituinte, informou ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Segundo o ministro, Sarney já pediu ao Ministério da Fazenda cálculos sobre o impacto que a medida terá sobre os cofres públicos. Costa Couto destacou que a anistia incidirá, também, sobre os governos estaduais e municipais.

"É preciso ter em conta a cota que recal sobre a sociedade quando se toma essas decisões", disse o ministro ao externar a preocupação de Sarney. "É preciso ficar bem claro que o presidente Sarney não paga coisa alguma. Quem paga é o povo. Nós, governo, não pagamos. O dinheiro é dos contribuintes, é do povo", destacou.

Na opinião de Costa Couto, a

anistia é sempre uma medida "simpática", mas as medidas adotadas precisam ser sempre viáveis. Ele acredita que não se pode criticar a decisão da Constituinte em termos de intenção e de justiça, mas "sempre que se decide realizar um gasto novo, muitas coisas deixam de ser feitas para que a determinação seja cumprida".

AGRADECIMENTOS

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, esteve ontem no Congresso para agradecer pessoalmente aos parlamentares pela rejeição, na Constituinte, da anistia aos marinheiros punidos depois de 1964 por atos administrativos. Ele visitou os gabinetes do líder do governo, Carlos Sant'Anna, do presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, e do presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, a quem cumprimentou pela "atuação impecável".

A reforma tributária entra logo em vigor

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os novos princípios tributários de redistribuição do produto da arrecadação de impostos pela União aos estados e municípios serão aplicados imediatamente após a promulgação da nova Constituição. A decisão foi adotada ontem pela Constituinte, por 343 votos a favor, contra apenas um e quatro abstenções. Os princípios constam da parte permanente do texto constitucional e se não tivesse sido aprovada disposição transitória regulando o assunto, eles só entrariam em vigor a partir de 1º de janeiro de 89, dependendo também de disciplina legal.

Com a aplicação da nova sistemática, ainda este ano, os estados e municípios melhorarão bastante sua situação financeira. Com isso, os governadores e prefeitos poderão deixar de implorar recursos ao poder central, o que naturalmente resultará em maior autonomia política.

A medida resultou de fusão de emendas de vários parlamentares, e dispõe também sobre a entrada em vigor do novo sistema tributário nacional a partir do primeiro dia do quinto mês seguinte ao da promulgação da nova Carta, mas não antes de 1º de janeiro do próximo ano. Até lá, será mantido o sistema da Constituição de 67, com a redação dada pela emenda nº 1 de 1969 e pelas demais emendas que posteriormente a modificaram.

OURO

A Constituinte já havia incluído, na parte permanente da nova

Carta, a cobrança do ICM sobre o ouro. Mas a fusão de emendas aprovada ontem suspendeu a taxaação enquanto o ouro for negociado como ativo financeiro em operações de Bolsa ou instrumento cambial. Nesses casos, será apenas cobrado o imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de, no máximo, 1%. Ficará assegurada a transferência de 30% do resultado da arrecadação para os Estados, o Distrito Federal e os territórios, e de 70% para os municípios.

A nova forma de taxaação tranquilizou os empresários do setor. Segundo o presidente da Associação Nacional do Ouro, Paulo Sarmiento, há agora a expectativa de que a decisão "contribua para fortalecer a produção nacional e o mercado interno".

Na votação de ontem da Constituinte, foi também estabelecido que a União poderá instituir impostos desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de impostos discriminados pelo texto constitucional, bem como contribuições sociais e empréstimos compulsórios.

A partir da promulgação da Constituição, a União poderá ainda cobrar ICM sobre combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel, acabando assim com o imposto único sobre esses produtos.

Os constituintes aprovaram também a implantação gradual dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. Possivelmente ainda em 88, o percentual do FPE será de 18%. O fundo dos municípios será elevado em 0,5% por exercício financeiro, até atingir 22,5% em cinco anos.

Acaba o trem da alegria dos cartórios

Após debates que tomaram todo o final da tarde de ontem, a Constituinte conseguiu tirar do texto do Centrão preliminarmente aprovado o dispositivo que assegurava aos substitutos em cartórios o direito de assumir o cargo do titular no caso de vacância, desde que investidos na função até o dia de instalação da Constituinte.

Esse teria sido, segundo o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), "o mais longo trem da alegria da história, pois começaria neste século e entraria no outro". Até o ano 2000, a seu ver, ainda haveria substitutos com direito à vaga de titulares. Sua emenda, suprimindo o artigo 10 do Centrão — que estatiza os cartórios do foro judicial — e o parágrafo único, que dava direito aos substitutos também dos cartórios de notas e de registros, foi rejeitada por 225 votos contra 177, com 23 abstenções.

A seguir, foi anunciada a votação de um destaque para votação em separado (DVS), assinado pelo líder Mário Covas e mais 191 constituintes, para eliminar o parágrafo único. Depois de publicada a lista de assinaturas, 13 signatários retiraram seu nome, não dando número para DVS. O presidente Ulysses Guimarães, entretanto, considerou que após a publicação não poderia haver retirada e a matéria acabou obtendo preferência. Depois, votado, o dispositivo foi suprimido, pois só 251 ficaram a favor do texto do Centrão, e eram necessários 280 votos.

Adivinhem quem vai pagar

LEÃO MACHADO NETO

Após o patético episódio do tabeleamento de juros, em que as leis de mercado foram subitamente ignoradas, começa a ser urdida no plenário da Constituinte a suprema aberração: a Constituição está prestes a conceder aos microempresários e produtores rurais um raro privilégio, o de isentá-los da noite para o dia de seus compromissos financeiros.

Incrédulo, o cidadão comum põe-se a perguntar: será que os senhores constituintes sabem o que significa uma economia capitalista? Será que não entendem que o risco faz parte do negócio? É exatamente esse mesmo risco, inerente ao capitalismo, que, sob a forma de investimentos, cria riquezas, gera empregos, cumprindo a função social deste sistema. O risco deve

ser assumido. O lucro ou o prejuízo consequentes dele, idem.

Algumas entidades de classe que, de forma absolutamente correta, sempre defenderam o combate ao déficit público, hoje revelam uma nova faceta, talvez a verdadeira: a de atacar apenas o déficit alheio. Esquecendo-se, quando lhes convém, de que as regras do jogo são para todos.

Não é coerente e muito menos justo que alguns constituintes, por motivos meramente eleitorais, ou quem sabe advogando em causa própria, partilhem com toda a Nação os prejuízos de alguns, que, como tantos, não souberam avaliar as consequências do Plano Cruzado. Cabe aos empresários, profissionais liberais e trabalhadores, verdadeiros agentes da economia, analisar o Plano e nete acreditar ou não, investir ou não, e em função de suas decisões ganhar ou não.

Punir todo o País pela falta de visão de alguns é absoluta insensatez.

Quem defenderá aqueles que contrariam dívidas junto ao Sistema Financeiro da Habitação e foram obrigados a devolver a casa própria por falta de pagamentos? Quem defenderá aqueles que compraram seu carro no consórcio e, premiados pelos constantes aumentos, dele tiveram que se desfazer? Quem defenderá aqueles que investiram na bolsa de valores e amargaram pesados prejuízos?

A desenfreada demagogia de alguns parlamentares vem tornando a Constituinte um amontoado de casuísticas, em que valem os interesses dos amigos e apañiguados.

E o resto? O resto, ora bolas, paga a conta.

Leão Machado Neto é engenheiro civil e corretor na Bolsa.